



Artigo
Article

**DESENVOLVIMENTO PARA QUEM? UMA CRÍTICA À NOÇÃO DE
PROGRESSO**

DEVELOPMENT FOR WHOM? A CRITICISM OF THE NOTION OF PROGRESS

Antonia Regina da Silva Sousa¹
Raoni Borges Barbosa²

RESUMO: A ideia principal do ensaio é desenvolver uma linha crítica sobre a noção de desenvolvimento e progresso, trazendo exemplos dentro do Estado do Piauí. Nesse sentido, informações de notícias retiradas dos meios de comunicação de procedência serão analisadas. Os objetivos nas escolhas dos autores foi pensando em refletir teoricamente os impactos da colonização e as possíveis formas de pensar o futuro. A presente discussão destaca que formas de desenvolvimento em curso, sem escuta participativa das diversas populações, é também colonizar. **Palavras-chave:** desenvolvimento, progresso, ecologias contracoloniais, Piauí.

ABSTRACT: The main idea of the essay is to develop a critical line on the notion of development and progress, bringing examples from the state of Piauí. In this sense, news information taken from the media of origin will be analyzed. The authors' choices were aimed at reflecting theoretically on the impacts of colonization and possible ways of thinking about the future. The present discussion highlights that current forms of development, without the participatory listening of the diverse populations, also constitute colonization. **Keywords:** development, progress, countercolonial ecologies, Piauí.

¹ Graduação em Licenciatura em Educação do Campo e Mestranda em Antropologia pela UFPI.

² Doutor em Antropologia. Pesquisador bolsista DCR-CNPq FAPEPI. Vice-coordenador do Grupo de Pesquisa sobre Identidades Coletivas, Conhecimentos Tradicionais e Processos de Territorialização da UFPI. Professor Permanente do Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da UFPI - PPGAnt. Professor Visitante da UFRR. E-mail: raoniborgesbarbosa@gmail.com

INTRODUÇÃO

As temáticas como o Antropoceno e as Ecologias Contracoloniais têm despertado a atenção dos autores do presente ensaio no âmbito de pesquisa atual com as quebradeiras de coco babaçu no território dos babaçuais do Piauí, abrindo uma discussão assídua com Bispo dos Santos (2023), Ferdinand (2022) e Kopenawa (2015). A ideia principal do ensaio é desenvolver uma linha crítica sobre a noção de desenvolvimento e progresso, trazendo, com efeito contextualizações em relação ao Estado do Piauí. Cabe destacar que as informações sobre alguns casos que aparecerão pontualmente no texto são de notícias retiradas dos meios de comunicação de procedência. Os objetivos nas escolhas dos autores citados foi pensando em refletir teoricamente os impactos da colonização que eles apontam e as possíveis formas de pensar o futuro.

A literatura abrange uma grande quantidade de escritos que nos contam como aconteceu a colonização dos países, algumas de maneira superficial, como contam os livros de História nos Ensinos fundamental e Médio, os quais usam a palavra “descobrimento”, negando a existência de quem se fazia presente. No Brasil, a data desse suposto “descobrimento” é comemorada e tida como momento histórico de marco fundamental no país, o que de fato foi. O que os livros de História³ do Ensino Básico deixam de contar é o conjunto de violências que todo o processo de colonização causou e os impactos que nunca serão apagados.

Passa-se o tempo e as formas de colonizar se transformam: nos meios de comunicação, por exemplo, notícias do trabalho do governo do Estado do Piauí em múltiplas matérias nos canais oficiais⁴ relatam as missões do governador a outros países em busca de experiências e parceria para o desenvolvimento do estado, principalmente, na área do agronegócio, infraestrutura, mineração, energias renováveis, dentre outros. O que faz pensar: por que ir para fora ouvir e ver o que tem no exterior ao invés de fazer o movimento interno de missões de descobertas em seu estado e em seu próprio país? Eis que é mais válido ouvir as orientações dos estrangeiros, que dão direções do que se deve fazer com o estado, do que ouvir a população diversa do seu próprio local. Aplicar supostas formas de desenvolvimento sem escuta participativa das diversas populações é também colonizar.

CONTRA A COLONIZAÇÃO E O COLONIALISMO: UMA CRÍTICA À NOÇÃO DE PROGRESSO

Bispo dos Santos (2023) faz um apanhado das formas atuais de colonização, relacionando suas vivências no quilombo e na cidade e propõe reflexões críticas ao modelo de gestão governamental que rege o estado do Piauí, afirmando que “qualquer governo que governar este Estado será um governo colonialista, porque o Estado é colonialista” (Bispo Santos, 2023, p. 51).

Nesse sentido, Ferdinand (2022) traça linhas históricas da colonização das Ilhas do Caribe e apresenta os impactos do colonizador, que pode ir ao encontro de Kopenawa

³ Alguns desses livros podem ser encontrados através das editoras como a Ática e Saraiva.

⁴ Governador apresenta novo Piauí e fala sobre desenvolvimento de longo prazo em palestra nesta segunda (8) em: <https://www.pi.gov.br/noticia/governador-palestra-sobre-potencialidades-do-piaui-para-investidores-e-agentes-locais-nesta-segunda-feira-08> 5 de abril de 2024 às 13:07

(2015), o qual aponta o futuro nos relatos dos povos Yanomami. É uma forma de fazer uma breve análise sobre justificar a exploração da natureza, a opressão de povos originários e comunidades tradicionais e a perpetuação da colonialidade em nome do sonhado progresso. De forma objetiva, as questões colocadas giram em torno das marcas deixadas pela colonização para além das que costumam ser discutidas, dando foco, principalmente, à colonização da natureza e do ser que, nas pontuações de Quintero (2016), são colocados os quatro tipos de colonialidade, sendo eles: colonialidade do saber, do ser, da natureza e do gênero (QUINTERO, 2016, p. 07).

“Se deixarmos os garimpeiros cavarem por toda parte, como porcos-do-mato, os rios da floresta logo vão se transformar em poças lamacentas, cheias de óleo de motor e lixo” (KOPENAWA, 2015, p. 336). O que Kopenawa via e previu é o retrato da realidade que se iniciou há séculos com a chegada de Portugal ao Brasil e, com eles, a exploração dos povos originários, da natureza e do conhecimento. A instalação dos garimpos nas terras indígenas é um retrato da violência pela busca incessante da riqueza exclusiva.

A colonialidade indica o padrão de relações que emergem no contexto da colonização europeia nas Américas e se constitui como modelo de poder moderno e permanente. O que a colonização em outros países tem em comum é a mesma forma de abordagem e instalação nas terras alheias, é sempre uma premissa do novo, carregada das possibilidades, quando, na verdade, o custo do processo é a tentativa do apagamento do outro (FANON, 2022, p. 15),

A colonização requer mais do que a subordinação material de um povo. Ela também fornece os meios pelos quais as pessoas são capazes de se expressarem e se entenderem. Ele identifica isso em termos radicais no cerne da linguagem e até nos métodos pelos quais as ciências são construídas. Trata-se do colonialismo epistemológico.

Quando Ferdinand (2022), em sua obra “Uma ecologia decolonial”, pensa a partir do mundo caribenho, retomando todo o processo de colonização das Ilhas no Caribe em um olhar profundo e detalhado sobre as formas de colonização e os impactos delas nos novos tempos, reflete os modos de colonização para além da tomada territorial e da escravização. O autor propõe que “colonização nega a alteridade e constitui uma ação de mesmificação, de redução ao mesmo, fazendo o habitar colonial um habitar-sem-o-outro” (FERDINAND, 2022, p. 51).

As premissas dos que chegam é estranhar os outros que não compartilham de suas ideologias e acham que estes precisam passar pelo processo de humanização. Bispo Santos (2023), ao falar sobre humanistas, relaciona essa condição de ser humano ao processo exploratório, ligando essa condição a pessoas que transformam a natureza em dinheiro, que fazem o uso de tudo visando a economia monetária e mercadológica.

O olhar para a natureza como fonte de renda emerge do “desbravamento” e da exploração das terras. Para Ferdinand (2022), esse desbravamento impõe o modelo de cultivo do solo e transforma a relação com o mundo. A monocultura é herança da colonização. Grandes proporções de terras para se cultivar uma única cultura visando a comercialização da colheita. Tal se realiza na tentativa de excluir as formas de produzir dos povos, que tanto nas matas com os indígenas ou nas comunidades tem um trajeto de cultivo consorciado, como pode-se observar nos relatos de Bispo Santos (2023), Ferdinand (2022) e Kopenawa (2015), que, apesar de serem de diferentes partes do mundo, compartilham semelhanças em seus relatos.

Na perspectiva de análise etnocêntrica própria de autores que ainda defendem noções conservadoras de progresso e de desenvolvimento, - e que postulava a existência de problemas humanos universais básicos (KLUCKHOHN; STRODTBECK, 1961) e que partia de uma apreciação psicológica do comportamento individual em relação aos papéis sociais de uma sociedade complexa, definida como tipo ideal refletido com base na experiência europeia e americana de desenvolvimento e de civilização, - a explicação para o subdesenvolvimento capitalista se encontraria na intersecção da cultura nativa e da sua personalidade correspondente.

Esta corrente de pensamento organizou-se em torno de Parsons, no Departamento de Relações Sociais de Harvard, e foi hegemônica nas Ciências Sociais americanas até fins dos anos de 1950, reunindo nomes como Kluckhohn, Bruner, Sorokin, Murray e Homans.

O Estrutural Funcionalismo americano partia de uma leitura parsoniana estrutural funcionalista da sociologia compreensiva weberiana e do culturalismo boasiano, combinando posturas positivistas de definição do real e do social como passível de explicação objetiva e de explicitação racional na forma de leis científicas. O aporte weberiano oferecia a esta corrente de pensamento noções conceituais fundamentais, - como tipo ideal, ator, papel e ação social, - mas não convencia enquanto método compreensivo; ao passo que a herança boasiana era apropriada como estudo da cultura enquanto coleção de objetos materiais e simbólicos e de um ethos cultural próprio de um povo, historicamente amadurecido.

O projeto parsoniano (KUPER, 1978), contudo, tinha a ambição de desenvolver uma Teoria Geral da Ação, conjugando esforços interdisciplinares sob a batuta da Sociologia, da Antropologia e da Psicologia, cujas especialidades eram o estudo, de uma perspectiva naturalista e universalizante, dos sistemas sociais, culturais e psíquicos humanos.

No entender de Geertz (2012, p. 85), um dos autores de maior projeção mundial formado na Escola Parsoniana e, de certa forma, continuador de suas ambições político-acadêmicas:

Havia um projeto para uma grandiosa “teoria geral da ação social” arquitetônica, que Parsons, presidente e espírito do departamento (Departamento de Relações Sociais), tinha posto em marcha - uma grande confluência de caixas e setas a que ele às vezes se referia como um equivalente sociológico do sistema newtoniano, às vezes como um esforço para dividir o átomo social. ...Havia o Centro de Pesquisas Russas, dirigido pelo antropólogo Clyde Kluckhohn, empregando técnicas científico-sociais (entrevistas a refugiados, análises de conteúdo) em um esforço para entender - e frustrar - as intenções soviéticas. ...Havia o Projeto Ramah, também sob a direção de Kluckhohn, envolvido em um estudo comparativo, em longo prazo, de valores em cinco culturas adjacentes no sudoeste americano.

O *atraso* social, portanto, no entender desses autores, seria sintomático de um conjunto de fatores, tais como: a ausência de personalidade empreendedora e inovadora, comodismo e inferioridade moral e cognitiva, no lado da personalidade; e cultura tradicional, arcaica e avessa a mudanças, no lado da cultura.

Uma vez diagnosticado a origem e a causa do não progresso e do não desenvolvimento, no âmbito cultural tradicional, os autores estrutural-funcionalistas apontavam a necessidade de um agente externo que provocasse e induzisse as mudanças e transformações sociais, culturais e psicológicas rumo à civilização moderna: uma

ofensiva civilizadora de longo prazo e de impactos profundos, mas racionalmente planejada e implementada.

Os relatos de muitos dos povos de comunidades, por exemplo, quando o agronegócio chega é que, *a priori*, junto com o agro também chega a promessa do desenvolvimento e suas oportunidades de progresso, a oferta de uma vida financeira melhor é um dos principais argumentos. O que estão nas letras miúdas dos contratos são as inúmeras consequências dos plantios da monocultura de grande escala, ainda como fonte de observação para o mundo. Os meios de comunicação diariamente noticiam o envenenamento dos rios, fauna e flora, a expulsão de famílias de seus territórios e as demais violências.⁵

Assim como com a chegada do agro, junto com o garimpo chega também o envenenamento pelo cobre, o devastamento da floresta, a doença. Kopenawa (2015, p. 336) afirma que: “Antigamente, nossos maiores não ficavam morrendo à toa. Desde a chegada dos garimpeiros é diferente. A maior parte de nossos pais e avós foi devorada por suas doenças”. As limitações da busca pela comida acarretam a morte em massa dos indígenas que vivem, prioritariamente, da natureza, caças e frutos, isso trata-se de uma ruptura.

Nas concepções de Ferdinand (2022, p. 75), “a ruptura da relação com a terra manifesta-se também na impossibilidade de participar das decisões relativas à finalidade da utilização dessas terras, assim como daquelas relativas às culturas e aos alimentos cultivados”. Os povos não tomam as decisões para permitir a chegada do garimpo ou do agronegócio, pois o estado permite a entrada e quem reside nas áreas são os últimos a terem acesso às informações. Ressaltando que, na maioria dos casos, os que chegam querem o uso exclusivo nas matérias que são ofertadas.

Bispo Santos (2023) também fala sobre a utilidade das coisas, relacionando a necessidade de acumulação dos povos da cidade, de excesso das coisas e isso também se dá, segundo ele, porque eles não se sentem como natureza, pois “estão desconectados da natureza, não se sentem como natureza” (BISPO SANTOS, 2023, p. 11). Os povos que vivem em contanto maior com a terra, com o rio e com as demais formas de vidas, vivem em confluência com o meio.

As concepções do autor acima discutido são viver harmonicamente com o meio, confluir é viver junto. Perante disso, é associada essa falta da relação dos povos da cidade que necessitam de tudo, que não vivem harmonicamente com o meio e que tiram sem repor. Os povos indígenas precisam da natureza também, retiram o necessário para a sobrevivência e cuidam do seu meio, não precisam do excesso de coisas, é uma troca sem perdas.

Os impactos das novas formas de colonizar visam o mesmo objetivo porque têm os mesmos alvos. Uma questão que emerge quando se trata do retorno negativo que todo esse processo acarreta é: quem lida com os fatores ecológicos negativos derivados das explorações? Os efeitos principais giram em torno de como a vida dessas pessoas passa a ser a partir de então. Quando Ferdinand (2022) usa a metáfora do porão, ele fala sobre a forma de colonização que exclui o outro do mundo, corta seus laços, relações e insere aquele indivíduo em um mundo diferente, isso ocorre nas matas e nas comunidades.

⁵ Notícia: “Na região conhecida como Matopiba, empresas de agronegócio compram terras com títulos duvidosos e entram em conflito com comunidades do cerrado; no Piauí, os relatos são de expulsões de famílias, incêndios de casas e contaminação dos rios (...)”. Disponível em: <https://apublica.org/2018/05/nos-baixoes-do-piaui-paga-se-o-preco-do-progresso-do-matopiba/>

Os chamados desastres “naturais” que crescem a cada dia são noticiados recorrentemente, cidades soterradas pela lama, a barragem de Mariana foi um dos maiores crimes ambientais que ocorreram no país e, ainda hoje, os trâmites das indenizações para as famílias que perderam suas casas e tudo que tinham ainda estão em processo de negociações. Quem é fortemente afetado com cada desastre são de fato os menos favorecidos, visto que os governos em seus planos não planejam as estratégias para subsidiar as minorias quando os grandes desastres ocorrem.

A construção das cidades, usinas, hidrelétricas, não levam em consideração a existência e muito menos as ciências dos povos que habitam esses espaços. O que, ironicamente, é apontado nos discursos das Nações Unidas sobre conhecimento tradicional no Relatório Brundtland e a Cúpula da Terra:

Um dos resultados institucionais do Relatório Brundtland e de sua discussão na Assembleia Geral das Nações Unidas foi a convocação da Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (UNCED), a chamada "Cúpula da Terra" realizada no Rio de Janeiro em 1992, que adotou explicitamente como diretriz o conceito de "desenvolvimento sustentável". A Declaração sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento do Rio, lançada na Cúpula, afirma em seu princípio 22 que "os povos indígenas [...] possuem um papel fundamental no manejo e desenvolvimento do meio ambiente, devido a seu conhecimento vital e a suas práticas tradicionais". (CARNEIRO DA CUNHA, 2017, p. 336).

As grandes conferências e os pactos nacionais e internacionais não são, de fato, efetivados, caso fossem, os grandes índices de violência e número de invasões não aumentariam diariamente. O amparo dos governos é superficial, tanto para os povos indígenas como para os outros povos. Uma crítica que Bispo Santos (2023) faz às resoluções que o estado dá a problemáticas, muitas vezes, geradas por ele mesmo não vão ao encontro dos modos de vida destas populações. Uma das críticas se direciona ao programa do governo do estado “Minha Casa, Minha Vida”

Minha Vida é o programa mais colonialista nas políticas de habitação. Foi um ataque brutal, violento, perverso, racista, institucionalmente colonialista. É melhor falar colonialismo do que racismo, porque alterar a arquitetura, subjugar ou proibir a arquitetura existente é mais do que racismo. (BISPO SANTOS, 2023, p. 37).

A crítica é direcionada ao modelo de construção das moradias que não leva em consideração o modelo das comunidades. A modificação nas formas de habitar também ocorre com a chegada do colonizador. Ferdinand (2022) elenca três formas de habitar trazidas pelo colonizador, uma das principais é habitar geograficamente, que consiste na tomada da terra e na posse. Em seguida, outra forma se fundamenta na exploração da natureza, o que acarreta na exploração de seus recursos e o habitar o altericídio, que se recusa a compartilhar os espaços com os outros.

Nos relatos de Kopenawa (2015, p. 336), “nas terras altas, muitos dos nossos estão agora morando em casas desabadas, cobertas de lonas de plástico velho.” Após as grandes destruições que são causadas pelos colonizadores, surge o movimento de subsidiar os povos que foram afetados com todas essas práticas. A busca pela garantia dos direitos e da permanência desses povos também é regida pelo estado, que coloca seus interesses à frente das necessidades do povo.

“Desde o século XVI, um dos traços principais da colonização foi a exploração dessas terras sem nenhuma forma de restabelecimento dos nutrientes extraídos”. (Ferdinand, 2022, p. 65). Entre as grandes conferências ambientais que decidem as medidas que serão tomadas para diminuir as consequências de calamidades globais, geralmente, são os próprios causadores que propõem as possíveis soluções.

As grandes empresas não estão realmente dispostas a deixarem de gerar mais capital em prol de diminuir os desastres globais visto que eles podem passar por isso. Como citado anteriormente a respeito do Estado do Piauí, onde o governador investe em agronegócio⁶ ao invés da agricultura familiar, além de investir nas energias supostamente menos impactantes, como a energia eólica, que prejudica a vida dos povos⁷ que habitam perto e na infraestrutura do estado sem a escuta do que, de fato, a população precisa, são medidas que não solucionam os problemas gerados, mas sim, ocasionam tantos outros.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As reflexões abordadas apresentam uma forma de compreender como desde a colonização dos países, onde os homens chegam em suas expedições, continuam se proliferando de outras formas. A premissa da chegada dos brancos com a possibilidade de trazer o desenvolvimento para as populações nativas com a justificativa que civilizar era preciso continuar a acontecer de formas distintas. Essa reflexão também buscou compreender como o atual governo do Estado do Piauí atua em seu estado e quais são os planos de progresso para este. A observação da exploração dos recursos naturais, sem consulta prévia das comunidades, a negação da existência dos povos indígenas no estado e a omissão de violências e destruições.

As colocações sobre a exploração da natureza fazem uma relação aos supostos desastres naturais que são consequências das formas de exploração do planeta e, como consequência, os mais atingidos são os menos favorecidos. Ademais, a chegada do garimpo às terras indígenas, causando rupturas nos modos de viver, desequilibrando suas relações com a natureza e trazendo extermínio.

Esperança um futuro menos inconsequente é preciso! É pensando nas alternativas para o embate ao colonialismo que Bispo Santos (2023) pensa o contracolonialismo como uma forma de negar a colonização, a recusa. Ele afirma que “o contracolonialismo é um modo de vida diferente do colonialismo” (Bispo Santos, 2023, p. 36). Este também propõe que é preciso repassar para as gerações futuras as formas de defesa e que não é necessário destruir os colonialistas, pois, segundo reflexão do autor: “o mundo é grande e tem lugar para todo mundo. O mundo é redondo exatamente para as pessoas não se atropelarem” (BISPO SANTOS 2023, p. 33).

As possibilidades de combater o colonialismo giram em torno da permanência dos povos. Desse modo, Ferdinand (2022) enfatiza que as memórias dos povos sejam vividas e que as histórias dos povos sejam lembradas para além da colonização, mas que seus cantos, danças e costumes sejam evidenciados. Já Kopenawa (2015) reforça que “(...) não

⁶ Governador destaca importância do agronegócio para o Piauí durante entrega de medalha em: <https://www.segov.pi.gov.br/governador-destaca-importancia-do-agronegocio-para-o-piaui-durante-entrega-de-medalha>

⁷ Em Ventos do Delta, pescadores questionam impactos da energia eólica no Piauí em: <https://www.brasildedireitos.org.br/atualidades/em-ventos-do-delta-pescadores-questionam-impactos-da-energia-elica-no-piau/>

queremos que se torne uma terra nua e árida cortada por córregos lamacentos. Seu valor é alto demais para ser comprada por quem quer que seja”. Ambos reforçam a necessidade da luta pelos espaços ainda preservados e a adaptação dos que foram transformados.

Dessa maneira, os autores citados no texto, como Bispo dos Santos, Ferdinand e Kopenawa, ajudam-nos a desvelar as falhas do governo e a compreender a complexidade da questão da colonização que ocorre pelo próprio governo no estado do Piauí. Os relatos e análises críticas mostram como a colonização se mantém viva em nossos dias, através de novas formas de exploração e opressão. Também é uma possibilidade de pensar como as políticas públicas estão sendo implantadas, como se dá a chegada das grandes propostas de inovação e realmente a quem favorecem. Ao dar voz aos povos indígenas e às comunidades tradicionais, esses autores nos convidam a repensar o modelo de desenvolvimento vigente e a construir um futuro mais justo e sustentável para todos.

REFERÊNCIAS

BISPO DOS SANTOS, Antônio. **A terra dá, a terra quer.** São Paulo: Ubu Editora/Piseagrama, 2023.

CARNEIRO DA CUNHA, Manuela. **Cultura com aspas e outros ensaios.** São Paulo: Cosac Naif, 2017.

FANON, Frantz. **Pele Negra, Máscaras Brancas.** São Paulo: Ubu Editora, 2020.

FERDINAND, Malcom. **Uma ecologia decolonial: pensar a partir do mundo caribenho.** São Paulo: Ubu, 2022.

GEERTZ, Clifford. **Atrás dos fatos. Dois países, quatro décadas, um antropólogo.** Petrópolis: Vozes, 2012.

KLUCKHOHN, F. e STRODTBECK, F. **Variations in Value Orientations.** Evanston, IL: Row. Peterson, 1961.

KOPENAWA, Davi; ALBERT, Bruce. **A queda do céu: palavras de um xamã yanomami.** São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

KUPER, Adam. **Antropólogos e antropologia.** Rio de Janeiro: F. Alves, 1978.

QUINTERO, Pablo; FIGUEIRA, Patrícia; ELIZALDE, Paz Concha. **Uma breve história dos estudos decoloniais.** São Paulo: MASP, 2019.

Cronologia do Processo Editorial

Editorial Process Chronology

Recebido em: 19/01/2025

Aprovado em: 26/04/2025

Received in: January 19, 2025

Approved in: April 26, 2025